

Passagem de ônibus em BH sobe em meio a embate

Tarifa sobe 33% no domingo, enquanto prefeitura e Câmara travam queda de braço sobre PL para subsidiar empresas. Usuários reclamam da alta, que leva valor ao topo entre as capitais

# Ônibus a R\$ 6, com discórdia



Passagem de referência passa de R\$ 4,50 para R\$ 6, valor que vai vigorar até que o projeto sobre subsídio enviado pela PBH à Câmara seja analisado



A faxineira Edvânia teme o impacto do aumento no bolso e reclama das condições das viagens: "É um absurdo. Compromete muito do meu dinheiro. E os ônibus estão todos lotados, além de atrasar demais"

**BERNARDO ESTILAG, ÍCARO PASSARINI E THIAGO BONNA**

A tarifa de ônibus de Belo Horizonte terá um aumento de 33,3% a partir de domingo (23/4). O anúncio foi feito pela administração municipal na tarde de ontem, após audiência realizada no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJM-G). O preço de referência da passagem passa de R\$ 4,50 para R\$ 6. De acordo com nota da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), o valor vigorará até que a Câmara Municipal de BH (CMBH) aprecie o projeto de lei (PL) enviado pelo Executivo que prevê novos subsídios às concessionárias de ônibus. O acordo entre prefeitura e Justiça também determinou tarifa zero para linhas de vilas e favelas e ampliação do programa social "Cartão BH Bus - Benefício Incluso".

O anúncio do reajuste ocorre em meio a um amplo impasse entre Legislativo e Executivo na capital. No centro da disputa entre a prefeitura e a Câmara Municipal (CMBH) está um PL que determina novo subsídio para as empresas de ônibus da cidade, proposta que levanta divergências entre as partes. O PL 538/2023 prevê um subsídio de mais de R\$ 476 milhões para as empresas de ônibus na capital. Segundo a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), o aumento da tarifi-

ca anunciado ontem está condicionado à apreciação desse PL no Legislativo. A proposta, porém, foi recebida com ressalvas entre os vereadores.

Em 5 de abril, o presidente da CMBH, Gabriel Azevedo (sem partido) apresentou ideias dos vereadores para que o pagamento do subsídio seja feita mediante exigência de contrapartidas das empresas. As propostas incluem a tarifa zero para moradores de vilas e favelas, passe livre para estudantes integral, passe livre para pessoas com deficiência, sistema de integração entre transporte e serviços de saúde, além de auxílio transporte para pessoas em vulnerabilidade social.

Em resposta ao aumento da passagem, o presidente da Câmara Municipal, Gabriel Azevedo (sem partido) criticou a medida e responsabilizou a prefeitura. O vereador atacou o condicionamento do reajuste à apreciação do projeto da PBH no Legislativo. "É inaceitável para a cidade conviver com meio bilhão (de reais) em subsídio, mais um aumento de passagem, sem qualquer mudança na qualidade da prestação de serviços, com um povo que sofre diariamente com um péssimo modelo", disse o parlamentar.

A aprovação do subsídio é defendida pela prefeitura como uma forma de arcar com os custos das empresas sem que o au-

mento dos gastos das concessionárias seja repassado aos usuários através da tarifa. A PBH ressalta que não há aumento nas passagens da capital desde 2018 e, nesse período, houve uma pressão inflacionária de 53,49% medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

"A prefeitura reforça seu compromisso em arcar com parte dos custos do sistema de transporte para aliviar o ônus no bolso do cidadão. A intenção é que a diferença entre as receitas e os custos do sistema seja paga pela prefeitura, em função do quilômetro rodado. A conta é matemática e depende do montante financeiro disponível no orçamento municipal. Quanto maior o subsídio, menor será a tarifa", diz trecho da nota da prefeitura.

A PBH ainda afirmou que o aumento de 33,3% da passagem é menor que o pedido pelas empresas de ônibus na Justiça. As concessionárias pleiteiam que o reajuste previsto em contrato via fórmula paramétrica leve a tarifa em Belo Horizonte para R\$ 6,90.

**CÂMARA** Em março, encerrou-se o subsídio emergencial de R\$ 237,5 milhões concedido para as empresas que fazem o transporte público de Belo Horizonte. Para compensar o fim do auxílio, o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizon-

te (Setra-BH) encaminhou um pedido de reajuste do valor da passagem de R\$ 4,50 para R\$ 6,90.

Desde o fim do subsídio, Azevedo ameaçou romper o contrato com as empresas, apresentou relatórios e interpelou Fuad judicialmente. Segundo o parlamentar, o Ministério Público de Contas de Minas Gerais (MPC-MG) entregou um documento no qual afirma que o prefeito tem total capacidade de, a qualquer tempo, anular o acordo com as concessionárias do transporte público.

O presidente da CMBH ressaltou que o subsídio emergencial foi concedido em 2022 para que a prefeitura pudesse mudar o contrato e reformular a tarifa, mas que nada foi feito nesse sentido. No começo do mês, o vereador anunciou que a Câmara iniciaria um rito pela anulação do contrato vigente com as concessionárias.

O embate entre os poderes prosseguiu. Na sexta-feira (14/4), Azevedo acionou a 9ª Vara Criminal da capital contra Fuad, devido a uma publicação no Twitter. No post, o prefeito havia dito que o PL que evita o aumento da tarifa e melhora o serviço de ônibus não está avançando na Câmara de BH. Além disso, criticou supostas "mentiras teatrais" do presidente da CMBH.

"Caro prefeito, estou na Câmara Municipal trabalhando. O se-

nhor está onde? Quer vir aqui agora? O senhor precisa dizer onde no projeto de lei há garantia que a passagem não vai aumentar. Trata-se de meio bilhão de reais para os empresários e só", escreveu Gabriel, em resposta.

**PASSAGEIROS REVOLTADOS** Surpreendidos com notícia na tarde de ontem, usuários do transporte público reclamaram do aumento de R\$ 1,50 na passagem e da frequência com que os veículos passam pelos pontos. O aumento faz de Belo Horizonte a capital com a tarifa mais cara do país, ao lado de Florianópolis (SC) e Porto Velho (RO), que também cobram R\$ 6 dos passageiros. A notícia do reajuste, é claro, desagradou os usuários belo-horizontinos. "É um absurdo. Compromete muito do meu dinheiro, eu acabo tirando da minha faxina. E os ônibus estão todos lotados, além de atrasar demais.", lamentou a diarista Edvânia Rodrigues, de 45 anos. Edvânia pega quatro ônibus para ir e voltar do trabalho todo dia. No total, ela gasta por volta de R\$ 18. Com o aumento, que passará a vigorar neste domingo, o custo diário vai saltar para R\$ 24.

O sentimento de indignação foi compartilhado pela aposentada Maria Beatriz Sterling de Oliveira, de 68, que apontou que, apesar de não pagar passagem, gratuidade garantida por lei fede-

ral a quem tem 65 anos ou mais, acha "um absurdo, um horror, o aumento da passagem".

O reajuste no custo do transporte público impacta a vida de boa parte da população da capital. A estudante de Direito Ana Luíza Neiva é uma das que se mostrou impressionada com o valor e afirmou que a diferença sairá da sua bolsa. "Sou estagiária, e o que recebo já é muito pouco. A gente já tira os R\$ 9, ida e volta, e vai influenciar demais no final do mês. Eu retiro do meu salário para a condução".

Já a empresária e aposentada Tereza Simões, de 64, se mostrou favorável ao aumento, mas achou o valor exorbitante. "Sou favorável desde que melhorem os ônibus. Ai é muito, eu acho que teria que ser no máximo R\$ 5. Os ônibus estão muito demorados. Mesmo no horário de pico, demoram em média 30 minutos para passar".

Os comerciantes também demonstram preocupação sobre como o aumento vai impactar o transporte dos funcionários de suas residências até o local de trabalho. "A passagem de R\$ 4,50 para R\$ 6 é R\$ 1,50 a mais por viagem. Soma isso no final do mês, quanto vai dar? Por funcionário! Tem gente que mora onde não tem ônibus direto e tem que pagar duas passagens", reclamou a comerciante Conceição Deltrudes, de 62.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Economia/Gerais Pagina: 8